

ANO 1 - Nº ZERO - JANEIRO 2019



Boletim de Monitoramento das Políticas Públicas



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

OS GRUPOS DE INTERESSE NO GOVERNO BOLSONARO

O processo de conformação da equipe de governo de Jair Bolsonaro começou ainda durante a campanha eleitoral de 2018 e as nomeações que historicamente eram vinculadas à coalizão de forças partidárias vencedora para estruturar a maioria nas casas legislativas, dessa vez, foram feitas de outra forma.

A estratégia foi comemorada pela grande imprensa, que afirmou que o novo governo estaria nomeando cargos “técnicos” e “verdadeiramente preparados” para exercer as funções em ministérios e outros cargos importantes da República. Desde então, nas análises preliminares sobre esta afirmação e a conformação da estrutura de governo, o Grupo de Conjuntura da Fundação Perseu Abramo buscou verificar as origens e trajetórias da nova equipe de governo.

Em uma conceituação básica de estratégias de governos neoliberais recentes é conhecida a lógica da Agenda *Setting*, em que os atos do presidente e sua equipe se estruturam em torno de agendas determinadas por grupos de interesse com maior capacidade de influência. Esse elemento, somado ao fato notório de que Bolsonaro discutiu os seus ministérios com bancadas temáticas do Parlamento brasileiro, como foi o caso da bancada ruralista e da bancada evangélica, permitiu ao Grupo de Conjuntura identificar melhor os grupos de interesse representados por vários nomes nos escalões superiores do governo.

O estudo, dividido por ministérios, apresenta algumas conclusões, entre elas a de que o governo Bolsonaro está dividido por centros de poder bastante evidentes. A trajetória de secretários nacionais, ministros e de outros postos chave do governo desenhada a seguir aponta para uma homogeneização de interesses e posturas, como é o caso dos militares, presentes em quase todos os ministérios da República, dos “Chicago Oldies” que ocuparam a economia, bem como organismos e empresas adjacentes, da “República de Curitiba”, que ocupou o Ministério da Justiça, do fundamentalismo religioso que tomou conta dos Direitos Humanos, do “olavismo”, que tomou conta de parte da educação, e das relações exteriores e dos latifundiários, que dirigem o Ministério da Agricultura e o Meio Ambiente.

Esses elementos permitem concluir que, por um lado, houve um distanciamento dos mecanismos clássicos de coalizão, mas, por outro, a nova estratégia de forma nenhuma é meritocrática e tampouco técnica. Bolsonaro substituiu a coalizão de partidos pela coalizão de grupos de interesse na conformação de seu governo. Como isso será refletido na relação entre Poder Executivo e Legislativo deve-se aguardar para ver.

O grupo militar

Os militares conformam o grupo com maior presença na Esplanada dos Ministérios e distribuído estrategicamente. Ao todo, esse segmento ocupa sete pastas como titular:

Gabinete de Segurança Institucional (Gen. Augusto Heleno); Secretaria de Governo (Gen. Carlos Alberto dos Santos Cruz); Defesa (Gen. Fernando Azevedo e Silva); Infraestrutura (Cap. Tarcísio Gomes de Freitas); Minas e Energia (Alm. Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Jr.); Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Ten. Cor. Marcos Pontes); Controladoria Geral da União (Cap. Wagner Rosário).

Além disso, os militares estão presentes em postos de direção ou em conselhos de administração de algumas das maiores empresas estatais do país, tais como Petrobras, Eletrobras, Itaipu Binacional, Telebras, Correios e Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

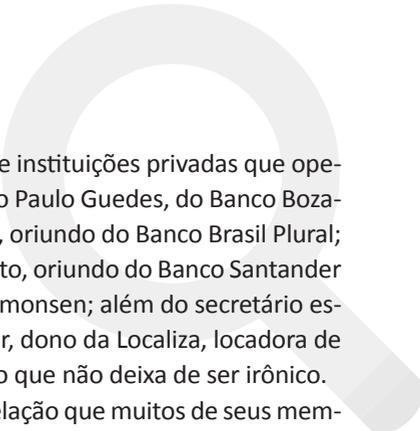
Como se pode observar, as forças armadas ocuparam áreas já tradicionalmente militarizadas, como o GSI e a Defesa, mas também marcam presença em áreas econômicas estratégicas para grandes projetos e investimentos como Infraestrutura, Minas e Energia e Ciência e Tecnologia. Mais ainda, a presença desse núcleo se faz sentir na área jurídica, comandando a Secretaria de Segurança Pública do Ministério da Justiça e a CGU, além de secretarias de natureza fundamentalmente política, como nos casos da Secretaria de Governo e da Secretaria Geral da Presidência, onde assumiu o posto de porta-voz da Presidência da República. Chama também atenção a presença contundente no Ministério da Educação, fundamentalmente nas áreas ligadas ao ensino superior; no Ministério dos Direitos Humanos, ocupando a Funai; no Ministério da Cidadania, ocupando a pasta responsável pelos Esportes; no Ministério do Desenvolvimento Regional, ocupando o departamento responsável pela defesa civil.

Além da atuação nas áreas fim já elencadas, os militares marcam presença intensa também em áreas-meio de gestão em diversos ministérios, tais como planejamento, orçamento, licitação, logística, projetos e comunicação.

Há uma presença predominante de generais do Exército. Os oficiais da Marinha estão concentrados na área de Minas e Energia e os oficiais da Aeronáutica no setor de Ciência e Tecnologia. Os únicos ministérios que até o momento não contam com a presença de militares em cargos estratégicos são Casa Civil, Agricultura, Saúde, Turismo e Relações Exteriores. Mesmo assim, neste último a política conservadora e extravagante do atual chanceler tem deixado as forças armadas em alerta para uma eventual tutela mais direta sobre o Itamaraty.

O grupo do mercado

Dos primeiros 36 nomeados para ocupar os postos de comando da área econômica do governo Bolsonaro, dezesseis são oriundos da burocracia do governo Temer, cuja maioria se distingue por compartilhar uma perspectiva econômica fiscalista e conservadora. Outros que se destacam são dez economistas alocados em cargos estratégicos do Ministério da Economia e nas empresas estatais (Petrobras, BNDES, Banco do Brasil e



Caixa), egressos do mercado financeiro, em especial de instituições privadas que operaram no mercado de capitais, como o próprio ministro Paulo Guedes, do Banco Bozano Simonsen; o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, oriundo do Banco Brasil Plural; e o indicado para o Banco Central, Roberto Campos Neto, oriundo do Banco Santander depois de ter também trabalhado no Banco Bozano Simonsen; além do secretário especial de Desestatização e Investimentos, Salim Mattar, dono da Localiza, locadora de automóveis que os adquire com subsídios do Estado, o que não deixa de ser irônico. Outro traço distintivo da atual equipe econômica é a relação que muitos de seus membros possui com instituições acadêmicas de tradição ortodoxa e ultraliberal: cinco foram ou são docentes da FGV-Rio, dois atuaram no IBMEC e outros quatro, incluindo o próprio ministro Paulo Guedes, passaram pela Universidade de Chicago. Em suma, chama a atenção o viés anti-Estado e antinacionalista da equipe, a ausência de quadros que tenham experiência ou afinidades com os setores produtivos e o grande peso de representantes do sistema financeiro especialistas em estratégias de valorização patrimonial que atuam prioritariamente na órbita da acumulação rentista em detrimento da produção e da geração de renda.

A República de Curitiba no Ministério da Justiça e Segurança Pública

O Ministério da Justiça incorporou as funções do Ministério da Segurança Pública criado por Temer e sua reestruturação incorporou algumas atribuições fiscalizatórias de outros ministérios, como o Conselho de Controle das Atividades Financeiras (outrora da Fazenda), a Coordenação Geral de Registro Sindical e a Coordenação Geral de Imigração (antes do Trabalho e agora na estrutura da Secretaria Nacional de Justiça). Tudo isso foi regulamentado pelo Decreto 9662 de 1º de Janeiro.

A Funai foi para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. A demarcação de terras indígenas deixou de ser uma atribuição do Ministério da Justiça e passou ao Ministério da Agricultura.

Seis delegados da PF foram cedidos para exercer funções em Secretarias de Segurança Pública e afins nos seguintes estados: DF, TO, ES (Segurança Pública e Justiça), PA e RJ (Detran). Nomes centrais da Operação Lava Jato da “República de Curitiba” compõem a linha de frente do Ministério. A quase exclusividade desses nomes já desmonta o critério técnico. Pela natureza das táticas estabelecidas pela operação, Sérgio Moro claramente possuía uma profunda influência e relação de confiança com estes interlocutores de outras frentes do processo. Essas escolhas não significam critério meritocrático ou técnico e sim político. A Lava Jato se transformou num grupo supostamente apartidário, mas de enorme influência política porque agora governa uma das maiores estruturas do governo Bolsonaro.

A chefe de Gabinete do Ministério, Flávia Cecília Maceno Blanco, é servidora do Ju-

diciário Federal, foi diretora da Secretaria da 13ª Vara Federal de Curitiba (escrivã de Sérgio Moro e responsável pela publicação dos despachos de Moro na Lava Jato, inclusive na ação da divulgação dos grampos do presidente Lula e da presidenta Dilma). Foi da equipe de transição.

A assessora especial, Maria Filomena Ferreira de Freitas, foi assessora especial do ministro Torquato Jardim (nomeada em 31/10/2017) e até então era gerente geral de uma agência bancária do Itaú Personnalité.

O secretário-executivo, Luiz Pontel de Souza, foi o último secretário Nacional de Justiça de Temer. Fez carreira na Polícia Federal como delegado chegando a diretor-Executivo da PF. Foi assessor do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República entre 2013 e 2015. Foi delegado das investigações do Banestado e prendeu Alberto Youssef. Foi adido da Polícia Federal em Lisboa em 2013.

A secretária nacional de Justiça, Maria Hilda Marsiaj Pinto, foi promotora do Ministério Público Federal e sub-procuradora da Procuradoria Geral da República. Oriunda da Quarta Região, a mesma de Moro, atuou na Lava Jato junto ao Superior Tribunal de Justiça. Integrou o grupo que elaborou as dez medidas contra a Corrupção.

O Secretário Nacional do Consumidor, Luciano Benetti Timm, é advogado, doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e atua no Rio Grande do Sul e no Paraná. É professor da FGV, Unisinos, PUCRS e professor visitante da USP. É sócio do Escritório Carvalho, Machado e Timm Advogados (RS) comandando a área de solução de disputas (arbitragem empresarial). Segundo Moro, a ideia é minimizar os conflitos nesta área, o que aponta para a desjudicialização de conflitos dos consumidores.

O secretário de Operações Integradas, Rosalvo Ferreira Franco, foi da equipe de transição. É delegado da PF, foi superintendente no Paraná entre 2013 e 2017, quando se aposentou. Comandou a condução coercitiva do ex-presidente Lula e foi o primeiro chefe da PF na Lava Jato. Esteve envolvido nos grampos ilegais na cela de Alberto Youssef, sendo inclusive convocado para prestar depoimento na CPI da Petrobras. Não compareceu em razão de habeas corpus preventivo deferido pelo então Ministro Teori Zavascki. Possui dois processos contra a União em que discute direitos de remuneração da época que foi ativo como delegado da PF e ficou conhecido por ser alvo de uma fake news que contava que ele havia se suicidado.

A chefe do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional, Érika Marena, delegada da PF, comandou a operação Ouvidos Moucos, responsável pelo suicídio do reitor da UFSC, Luiz Carlos Cancellier. Foi ela quem batizou a operação Lava Jato. Rosalvo e Érika deixaram a operação praticamente ao mesmo tempo, exatamente quando Temer trocou o comando da PF e nomeou Alexandre de Moraes para o STF.

O Diretor da Polícia Federal, Maurício Valeixo, é delegado. Substituiu Rosalvo Ferreira Franco e se manteve como superintendente da PF no Paraná até o fim de 2018. Foi agregado

policial em Washington até 2015. Coordenou a prisão do ex-presidente Lula e estava no comando da PF quando do caso do habeas corpus concedido a Lula em julho de 2018. O chefe da Polícia Rodoviária Federal, Adriano Marcos Furtado, foi superintendente da PRF no Paraná até o fim de 2018 e responsável pelo braço da Operação Lava Jato na Polícia Rodoviária.

O presidente do Coaf, Roberto Leonel Lima, é Auditor Fiscal da Receita Federal desde 1986. Foi chefe do Escritório de Pesquisa e Investigação na nona região fiscal da Receita Federal - Curitiba de 1996 até 2018 (Banestado e Lava Jato).

Os evangélicos no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos

É o ministério onde mais se concentram representantes das igrejas evangélicas fundamentalistas. Além da ministra Damares Alves, seis das oito secretarias são ocupadas por representantes delas. A secretária executiva, a de Política para as Mulheres, a dos Direitos da Criança e do Adolescente, a secretária nacional de Proteção Global, a de Promoção da Igualdade Racial e a de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Ainda assim, das duas secretarias que não estão sob o comando dos evangélicos fundamentalistas, uma, a Secretaria Nacional da Família, tem como secretária Ângela Vidal Gandra da Silva Martins, filha do jurista Ives Gandra Martins Filho, que é membro da Opus Dei. A secretária é da União dos Juristas Católicos de São Paulo (Ujucasp) e se posiciona claramente contra a legalização do aborto. Outra área do ministério que não é encabeçada por evangélicos é a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que tem como secretária Priscilla Roberta Gaspar de Oliveira, surda muda, ligada à primeira-dama, Michelle Bolsonaro, e intérprete de libras dos discursos de Bolsonaro durante a campanha.

Na reorganização do ministério, a Secretaria de Promoção dos Direitos de LGBTTT perdeu o status de secretaria e passou a ser uma diretoria comandada por Marian Reidel, mulher transexual nomeada durante o governo Temer e ainda mantida no cargo. Essa diretoria, entretanto, está subordinada à Secretaria Nacional de Proteção Global, comandada por Sérgio Augusto Queiroz, pastor da Igreja Batista, a mesma frequentada pela ministra Damares, e presidente da Fundação Cidade Viva.

O ministério segue orientação direta do pastor Silas Malafaia, que cedeu espaço durante a campanha eleitoral em suas emissoras de rádio e TV para dar apoio a Bolsonaro e falar contra o PT. Este segmento evangélico carrega valores fortemente moralistas, é contra o que chama de “ideologia de gênero”, o aborto, a legalização da maconha, defensor da chamada família tradicional. Deslegitima o feminismo e procura distanciar as mulheres evangélicas de qualquer pauta associada ao movimento. Proclama que evangélico que vota na esquerda está cometendo pecado. Segundo este segmento, existe uma “ideologia de gênero” que deve ser combatida e a orientação

de gênero LGBTQI+ deve ser considerada crime. Prega os discursos de ódio, afirmando a inferioridade e incitando a discriminação em razão da orientação sexual ou identidade de gênero.

No campo da educação esse mesmo grupo propõe o ensino religioso confessional e afirma que o projeto educacional vigente promove o ateísmo e proíbe o ensino sobre a existência absoluta de Deus. Estimula a desinformação, a teoria criacionista e propõe a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas. Distorce o marxismo e contesta as bases da teoria educacional de Paulo Freire, afirmando que o marxismo no Brasil quer destruir a nossa cultura judaico-cristã e desconstruir a família.

O “olavismo” no Ministério da Educação

O Ministério da Educação tem como titular Ricardo Vélez Rodriguez, indicado pelo jornalista, escritor, astrólogo e suposto “filósofo” Olavo de Carvalho, defensor da “Escola sem Partido”, crítico do “marxismo cultural e globalista” e do que chama de ideologia de gênero nas escolas. Rodriguez foi professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e é entusiasta das escolas cívico-militares.

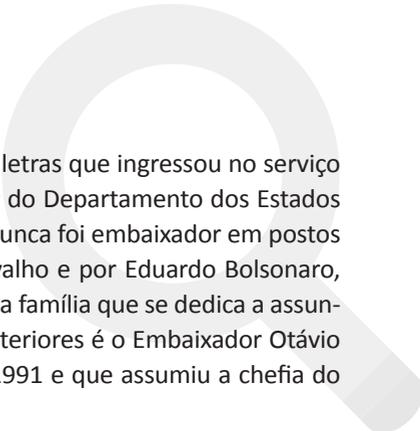
O ministério traz na Secretaria Executiva Luiz Antônio Tozi e na Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (Capes) Anderson Ribeiro Correa, ambos ligados às forças armadas por intermédio do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA). O presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) é general do Exército e o presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) também é indicação dos militares.

Na secretaria de Alfabetização, um discípulo de Olavo de Carvalho, Carlos Alberto de Paula Nadalin, dono da Escola Balão Mágico, pretende combater o método construtivista de Paulo Freire contrapondo o controverso método fônico que relaciona letras a sons. É também defensor da educação domiciliar. Houve a nomeação do “olavista” Murilo Resende Ferreira, para a secretaria de Ensino Superior, responsável pelo Enem. Acusado de plágio de um texto de uma revista americana sobre a Escola de Frankfurt, de 1992, traduzido e adaptado a figuras nacionais e defendido como original por Murilo, foi exonerado um dia depois de sua nomeação, mas mantido no Ministério no cargo de assessor da Secretaria de Educação Superior, divisão do MEC, comandada por Mauro Rabelo. Na presidência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), responsável pelo Enem, ficou Marcus Vinícius Rodrigues.

Boa parte do restante do secretariado, segundo e terceiro escalão do ministério é formado por ex-alunos do ministro, sem maiores destaques na carreira.

Os “olavistas” e americanistas no Ministério das Relações Exteriores

O novo Ministro de Relações Exteriores é o embaixador Ernesto Henrique Fraga



Araújo, quadro de carreira do Itamaraty, bacharel em letras que ingressou no serviço Instituto Rio Branco em 1990 e que se tornou diretor do Departamento dos Estados Unidos, Canadá e Assuntos Internacionais em 2016. Nunca foi embaixador em postos do exterior. Ele teria sido indicado por Olavo de Carvalho e por Eduardo Bolsonaro, eleito deputado federal por São Paulo e o integrante da família que se dedica a assuntos internacionais. O Secretário Geral das Relações Exteriores é o Embaixador Otávio Brandelli, que ingressou no Instituto Rio Branco em 1991 e que assumiu a chefia do Departamento do Mercosul entre 2015 e 2018.

Para acompanhar e incidir sobre a política externa do novo governo formou-se um núcleo composto por Eduardo Bolsonaro e Filipe Martins, assessor especial da Presidência, ex-secretário internacional do PSL e admirador de Olavo de Carvalho e Steve Bannon. Olavo de Carvalho também participa. Ele vive nos Estados Unidos desde 2005, onde dirige o Inter-American Institute, uma Ong que professa posições políticas ultraliberais e também administra um site pessoal pago pela Atlas Foundation, ligada às empresas dos Irmãos Koch, do setor petrolífero, e que no Brasil também apoia organizações como o Movimento Brasil Livre (MBL). Carvalho também se articula com integrantes do Departamento de Estado dos Estados Unidos e o senador republicano do Tea Party Marco Rubio, da Flórida, foi um dos interlocutores de Eduardo Bolsonaro e Filipe Martins durante uma viagem que fizeram aos EUA para contatos com o governo Donald Trump.

Além disso, as relações mais informais não devem ser desprezadas, como os vínculos das igrejas evangélicas fundamentalistas brasileiras com suas matrizes nos EUA. Lá, muitas delas apoiam o governo Trump e parlamentares republicanos conservadores, particularmente os ligados ao Tea Party. Desta forma, o núcleo se relaciona com a extrema direita estadunidense, seja por meio das iniciativas formais do presidente e de seu filho, bem como dos órgãos de governo, ou das informais das igrejas e de Olavo de Carvalho, que declarou que o único cargo que aceitaria no governo Bolsonaro seria o de embaixador do Brasil nos EUA.

Dessa forma, as relações com os EUA e com o governo Trump estão no centro das discussões sobre a política externa do novo governo brasileiro desde o resultado da eleição presidencial até o momento, incluindo a cessão de uma base militar para os Estados Unidos em território brasileiro, posição da qual o governo recuou devido ao questionamento dos militares.

Ernesto Araújo impôs ao ministério a maior reorganização interna dos últimos governos. As relações bilaterais foram enfatizadas e as nove subsecretarias existentes foram reduzidas a sete. Porém, os departamentos subordinados a elas foram ampliados de 28 para quarenta. Áreas, como meio ambiente e apoio às comunidades brasileiras no exterior, perderam status. O Departamento de Imigração deixou de existir. Temas

como direitos humanos e o relacionamento com as Nações Unidas passaram para a alçada da recém-criada Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania, nomenclatura alinhada com o discurso “antiglobalista” do chanceler.

Praticamente todo o segundo escalão da pasta será composto por diplomatas na faixa dos cinquenta anos e ingressos no Itamaraty nos anos 1980 e 1990 como o próprio Araújo. Três deles ainda são ministros de segunda classe. Embaixadores mais experientes, com passagem por missões mais relevantes do país no exterior, perderão funções.

Ao que tudo indica, um secretariado inexperiente facilita implantar o viés ideológico do novo ministro que propõe o antiglobalismo e independência e afastamento das instituições multilaterais, bandeira defendida pela ultradireita. Araújo faz uma forte defesa do nacionalismo, um dos valores que estariam ameaçados pelo “globalismo marxista”, o que se choca com a política econômica que a equipe de Guedes deve propor.

Os latifundiários no Ministério da Agricultura

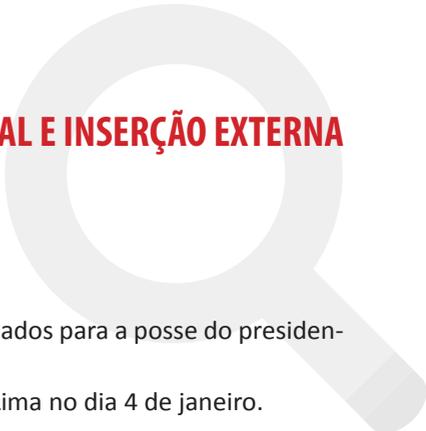
A mudança ministerial de Bolsonaro favoreceu o lobby do agronegócio. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) passou a contar com sete secretarias que possibilitam aos grandes proprietários rurais ampliar o acesso à terra, ao crédito, à irrigação, ao uso de agrotóxicos e a expansão do mercado externo. O perfil dos cargos dirigentes do MAPA revela o peso dos representantes do agronegócio.

A titular do MAPA, Tereza Cristina, é ex-presidenta da Frente Parlamentar da Agropecuária e defensora do uso de agrotóxicos. Os ruralistas também ocupam o primeiro escalão do Ministério do Meio Ambiente, cujo titular é Ricardo Salles. Ambos são defensores do agronegócio e da redução das áreas de proteção ambiental.

Na nova estrutura criada no MAPA, merece destaque a Secretaria de Assuntos Fundiários coordenada pelo pecuarista Luiz Antônio Nabhan, presidente da União Democrática Ruralista (UDR) e que também assumiu as funções de demarcação de terras indígenas, de titulação de quilombolas e da reforma agrária, que nos governos anteriores eram atribuições do Ministério da Justiça, da Casa Civil e da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento (Sead), respectivamente. A medida submeteu os povos tradicionais aos interesses do agronegócio em caso de disputas por terras.

A pauta ambiental perdeu peso com o novo governo, o Ministério do Meio Ambiente teve suas ações fragmentadas e perdeu seu papel de articulador. A Medida Provisória 870/2019 retirou do ministério as áreas de serviços florestais e de recursos hídricos, bem como extinguiu a área responsável pelas mudanças climáticas. A consequência possível será o aumento do peso dos ruralistas na definição das políticas públicas, enfraquecendo a pauta ambiental.

SOBERANIA NACIONAL E INSERÇÃO EXTERNA



FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

Política externa

Governos de Cuba, Nicarágua e Venezuela desconvidados para a posse do presidente Jair Bolsonaro.

Participação do chanceler em reunião do Grupo de Lima no dia 4 de janeiro.

Itamaraty endossou nota do Grupo de Lima.

Chanceler reuniu-se com integrantes da oposição venezuelana no dia 17 de janeiro.

Intervenção em painel do presidente em Davos e entrevista ao Washington Post.

Reuniões do presidente com outros chefes de Estado em Davos.

Intervenção em painel do ministro da Justiça, Sergio Moro, em Davos.

Intervenção em painel do ministro da Economia, Paulo Guedes, em Davos.

Denúncia do Pacto de Imigração da Organização das Nações Unidas (ONU).

Reuniões dos ministros Augusto Heleno e Paulo Guedes com embaixador chinês no Brasil, Yang Wanming, e visita de delegação do PSL à China.

Política de Segurança Pública

Envio de quatrocentos integrantes da Força Nacional de Segurança Pública para atuar no Estado do Ceará no dia 4 de janeiro.

Alteração no Estatuto do Desarmamento de 2003 para flexibilizar a posse de armas.

Estado, Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Nomeação de seis militares para o primeiro escalão no dia 2 de janeiro: Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria de Governo, Ministério da Defesa, Ministério de Minas e Energia, Ministério de Ciência, Tecnologia e Comunicação e Ministério de Infraestrutura.

Exoneração de ministros para reassumir cargos na Câmara de Deputados no dia 1º de fevereiro.

Comunicação democrática, acesso à informação e transparência

O Decreto nº 9.690, de 23 de janeiro, alterou a Lei de Acesso à Informação ao conceder autorização para que ocupantes de cargos comissionados DAS 101.6 ou superior declarem documentos como ultrassecretos. Além disso, o decreto também permite que autoridades com o poder de decretar sigilo deleguem essa função a dirigentes de autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

ANÁLISE CRÍTICA

As medidas do governo mencionadas denotam uma hostilização a três países da América Latina, pois todos os países com os quais o Brasil possui relações diplomáticas devem ser convidados para as posses presidenciais. A continuidade da participação brasileira no Grupo de Lima e o endosso à sua declaração de não reconhecimento do presidente Nicolás Maduro, além do apoio ao autodenominado “Presidente Encarregado, Juan Guaidó” e a realização de reunião ostensiva com os partidos de oposição ao governo venezuelano representam uma violação à Constituição do Brasil e aos princípios de respeito à autodeterminação dos povos e não ingerência.

As intervenções governamentais em Davos não estiveram à altura da importância do Brasil, pois a do presidente brasileiro foi fraca e sem conteúdo, além de ele ter sido grosseiro com um jornalista do Washington Post e se furtado a uma entrevista coletiva agendada. A do ministro Sérgio Moro não conseguiu responder às contradições entre sua posição de responsável pela Justiça e as suspeitas sobre o filho do presidente. A intervenção do ministro Paulo Guedes, pelo seu conteúdo neoliberal, agradou aos representantes do mercado.

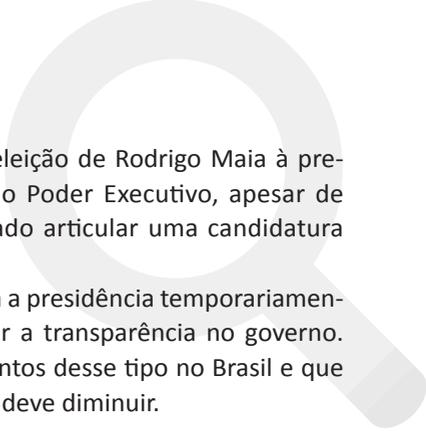
A comunicação à ONU de que o Brasil vai se retirar do Pacto de Imigração aprovado em 2018 não se deve ao conteúdo do Pacto, que tem deficiências, mas sim à postura antimultilateral do atual governo. Como o número de brasileiros que migram para o exterior corresponde ao dobro dos estrangeiros que o Brasil recebe, os nossos ficarão sem a proteção multilateral.

Os contatos governamentais e parlamentares com autoridades chinesas, bem como a criação de um departamento comercial específico no Itamaraty para lidar com este país, indica uma ruptura entre os “olavistas”, como o chanceler Ernesto Araújo e as áreas econômica e militar do governo.

Há uma crise de segurança pública no Ceará e ações do crime organizado no estado que, apesar do apoio do governo federal, não foi ainda resolvida.

A flexibilização da posse de armas para residentes, tanto em zonas urbanas quanto rurais, foi criticada por especialistas, bem como por órgãos nacionais e internacionais que lidam com o tema da segurança pública, pois a avaliação deles é que os índices de violência aumentarão. A medida tampouco agradou ao lobby da indústria de armas, pois não houve a flexibilização do porte de armas, o que ainda limita suas vendas. Mas a conservadora Frente Parlamentar da Segurança Pública já se movimenta no sentido de atender à estes interesses.

O setor militar adquiriu um poder institucional que nunca houve no período pós-redemocratização no Brasil, o que aponta para tutela militar sobre o conjunto do governo (leia mais na página 4).



A exoneração dos três ministros foi para apoiar a eleição de Rodrigo Maia à presidência da Câmara e demonstrar a ele o apoio do Poder Executivo, apesar de o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, ter tentado articular uma candidatura alternativa anteriormente.

A medida assinada pelo vice-presidente que ocupava a presidência temporariamente foi criticada como sendo uma forma de diminuir a transparência no governo. Mourão respondeu que quase não existem documentos desse tipo no Brasil e que nada mudaria. Decerto que o nível de transparência deve diminuir.

INFRAESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

Reforma ministerial

Extintos o Ministério da Integração Nacional, o Ministério das Cidades e o Ministério dos Transportes.

Criados o Ministério do Desenvolvimento Regional e o Ministério da Infraestrutura. Há cinco ministérios com atribuições que incidem diretamente sobre as áreas de infraestrutura econômica e social: Ciência, Tecnologia, Inovações e Telecomunicações; Defesa; Desenvolvimento Regional; Infraestrutura; Minas e Energia.

Energia (elétrica, petróleo, gás, combustíveis)

Governo anuncia intenção de privatizar o Sistema Eletrobras.

Governo anuncia intenção de desestatizar partes do Sistema Petrobras (refinarias, gasodutos, transporte e logística).

Governo anuncia retomada do projeto de energia nuclear em Angra III.

Intensa presença de militares, com especial destaque para a Marinha, nas áreas de energia: MME, Petrobras, Eletrobras e Itaipu Binacional.

Planejamento urbano (habitação, saneamento, defesa civil)

Governo diminui subsídios para as faixas de renda mais baixas do Programa Minha Casa Minha Vida.

Caixa Econômica Federal anuncia que praticará juros de mercado para o financiamento do crédito imobiliário.

Governo cria Conselho Interministerial para organizar ações frente à tragédia protagonizada pela empresa Vale na cidade de Brumadinho.

Ministério de Desenvolvimento Regional define vistorias in loco e revisão nos procedimentos para a fiscalização de segurança de barragens.

Conselho Nacional de Recursos Hídricos inicia avaliação e fiscalização em barragens com dano potencial.

Mobilidade urbana (transportes, rodoviário, marítimo, hidroviário, ferroviário, aéreo)

Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) anuncia que em 2019 serão priorizados os projetos de concessões de rodovias e ferrovias

Comunicação (tecnologia, sistemas, marcos legais)

Governo aumenta o número de servidores com autorização para classificar como “secreto” e “ultrassecreto” documentos oficiais, alterando a Lei de Acesso à Informação.

ANÁLISE CRÍTICA

A reforma ministerial colocou militares de alta patente nos mais altos escalões dos ministérios ligados diretamente à área de infraestrutura e nas principais empresas estatais do setor. Embora tenha havido sinalização de alinhamento entre a equipe econômica e a equipe de generais na agenda das reformas econômicas estruturais, ainda não é possível verificar a existência de uma plena coesão entre esses dois grupos, e algumas divergências devem ocorrer, menos em função de compromissos nacionais e mais devido a interesses corporativos das Forças Armadas. Ainda assim é importante destacar que os militares estão distribuídos em áreas estratégicas para a retomada dos investimentos públicos e privados no país.

Na área de energia, chama a atenção a presença de militares da Marinha no MME, no Conselho de Administração da Petrobras, e, possivelmente, no Conselho de Administração da Eletrobras, na direção de Itaipu Binacional. A agenda do setor permanece concentrada na continuidade dos planos de desestatização e desinvestimentos iniciados no governo Temer, embora haja a sinalização de revisões nas áreas de exploração e produção de petróleo e de energia nuclear, com a confirmação da retomada das obras de Angra III, possível aposta na retomada do programa nuclear para a produção de energia elétrica, superando certos tabus.

Um exemplo das divergências acima mencionadas pode ser observado ainda na área energética. O Ministro de Minas e Energia, Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Jr., embora tenha se mostrado favorável às privatizações, apresenta algumas restrições ao processo de venda de ativos ligados à Eletronuclear e à Petrobras, fazendo um contraponto à postura mais liberalizante do presidente da estatal do petróleo brasileiro, Roberto Castello Branco. O mesmo embate tem se dado no Conselho de Administração da empresa, onde o primeiro indicado de Castello Branco, John Forman, renunciou à indicação antes mesmo da posse, enquanto o primeiro indicado de Bento Albuquerque, Almirante Eduardo Bacellar, foi empossado como presidente do Conselho. A área de planejamento urbano, por seu turno, corre riscos de ficar relegada a segundo ou terceiro plano no novo governo. A disposição do governo de criminalizar importantes movimentos sociais legítimos que lutam por acesso e melhoria da qualidade da moradia também demonstra a intolerância e o caráter antidemocrático do governo Bolsonaro, que se nega a ouvir a própria população que não o segue nas redes sociais e possui grande carência de uma infraestrutura urbana digna, dentre outras.

Nesse setor, ao agregar o Ministério das Cidades com o da Integração Regional, o governo dispôs também diversas e complexas políticas para serem executadas por um único órgão, o que coloca dúvidas quanto à qualidade de gestão e atenção que as diferentes políticas receberão. Medidas adotadas no Programa Minha Casa, Minha Vida dificul-

tarão o acesso às moradias pela população mais carente, pois foram reduzidas tanto a remuneração máxima da faixa que recebe os maiores subsídios (de 1.800 reais para 1.200 reais mensais) quanto o valor destes subsídios e a proporção de moradias a serem destinadas para este mesmo público. Sobre o acesso ao financiamento de moradias para as pessoas em faixas de renda mais altas, por meio da Caixa Econômica Federal, o recém-empossado presidente do banco informou que vai adotar juros de mercado e que a classe média será mais impactada. Estima-se que a taxa de juros para a casa própria possa subir 21,4%, se seguir esta lógica.

Na área de mobilidade urbana foi assinada a concessão da Rodovia de Integração do Sul (RIS), que interliga 32 cidades gaúchas. A estrada é composta por trechos das BRs 101, 290, 386 e 448. São 473 km de rodovias com previsão de um pacote de investimentos privados de 7,8 bilhões de reais em 30 anos. Como contrapartida, a empresa concessionária, CCR, poderá instalar sete pedágios em todo o trecho da rodovia.

Na comunicação merece destaque o decreto sobre sigilo de documentos oficiais. Pelas novas regras, um universo de 198 funcionários de segundo escalão de todos os órgãos do Executivo federal (ou seja, o decreto não se aplica ao Legislativo nem a governos estaduais e prefeituras) poderão, caso recebam autorização para isso, tornar documentos públicos confidenciais. Isso engloba secretários de ministérios - responsáveis por controle e fiscalização de atividades privadas e abusos contra o meio ambiente, entre outras coisas - e até assessores próximos do presidente. Em relação ao grau de sigilo de quinze anos, ganha potencial poder um universo de outras 901 pessoas. Isso considerando somente cargos de chefia do terceiro escalão.

Do mesmo modo, a agenda das privatizações segue por meio do PPI, que tende a levar a cabo uma agenda de concessões e privatizações com a implementação de modelos de gestão que podem significar serviços de menor qualidade e de maior custo para o conjunto da população, como no caso das rodovias, onde o modelo paulista tende a ser generalizado para o restante do país.

Por fim, a agenda de revisionismo histórico e de blindagem das medidas governamentais ganha novo capítulo com a diminuição da transparência na divulgação de informações públicas e oficiais.

As tensões no interior do governo não têm evitado desastres e retrocessos, explicitando as fragilidades da equipe de Bolsonaro. Na área de defesa civil, a tragédia provocada pela empresa Vale na cidade de Brumadinho tornou-se o centro das atenções no mês de janeiro. Além das perdas humanas e ambientais irreparáveis, o fato deixou o governo em situação delicada diante da falta de coordenação para tratar do assunto e colocou em xeque diante da opinião pública posições consolidadas do governo Bolsonaro sobre a privatização de empresas estatais e sobre a flexibilização de regulamentações ambientais.

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

Reforma administrativa

Foram fundidos no Ministério da Economia quatro antigos ministérios da área econômica (Fazenda, Planejamento, MDIC e Previdência)

Dos primeiros 36 nomeados para ocupar os postos de comando da área econômica, uma grande parte é oriunda da burocracia do governo Temer (16), a maioria deles compartilhando uma perspectiva econômica fiscalista e conservadora. Outros dez economistas alocados em cargos estratégicos são egressos do mercado financeiro, em especial de instituições privadas que operam no mercado de capitais. Além disso, outro traço distintivo da atual equipe econômica é a relação que muitos de seus membros possuem com instituições acadêmicas de tradição ortodoxa e ultraliberal: cinco foram ou são docentes da FGV-Rio, dois atuaram no IBMEC e outros quatro passaram pela Universidade de Chicago.

Na “Agenda de cem dias de governo” está prevista a concessão de independência formal ao Banco Central (Ação 34).

Na mesma “Agenda”, foi anunciada a pretensão de extinguir 21 mil cargos comissionados do governo federal (Ação 8), com o que se prevê uma economia anual de 209 milhões de reais;

Política monetária e financeira

Desmonte das linhas de crédito público: por ocasião da posse dos novos presidentes dos bancos públicos (07/01), foram anunciadas as diretrizes de redução das linhas de crédito subsidiado e do crédito direcionado. (<https://goo.gl/c9aukF>)

Política Fiscal

Limitação do acesso a benefícios sociais: por meio da MP 871 o governo pretende restringir o acesso a diversas modalidades de benefícios previdenciários (<https://goo.gl/mxYhQj>), estimando com isso uma economia anual de R\$ 9,8 bilhões (Ação 7).

Venda de patrimônio público visando zerar o déficit primário em 2019: na “Agenda de cem dias” (Ação 13) foi anunciado o plano para privatizar doze aeroportos, novos trechos da malha ferroviária (vide relatório do Eixo II) e dez terminais portuários. Além disso, na “Ação 19”, projeta-se a aprovação pelo Conselho Nacional de Política Energética da revisão do contrato de cessão onerosa e dos parâmetros técnicos e econômicos da licitação de área do pré-sal, prevista para ocorrer no terceiro trimestre de 2019.

Comércio Exterior

Proposta de abertura comercial: De acordo com a “Agenda de cem dias” pretende-se adotar medidas de facilitação do comércio exterior, entre as quais se destaca uma reforma da estrutura tarifária nacional. (Ação 9)

Liberalização do Mercosul: na mesma “Agenda” foi anunciada a intenção de reduzir as tarifas comuns do Mercosul (Ação 23);

Em aparente retaliação à pretensão de Bolsonaro de transferir a embaixada para Jerusalém, a Arábia Saudita (maior importador de carne de frango do Brasil) anunciou o veto a cinco importantes frigoríficos brasileiros que, juntos, respondem por cerca de 30% (240 milhões de dólares) das exportações brasileiras do produto ao país árabe.

Outros

Bolsonaro e Guedes em Davos: em sua passagem pelo Fórum Econômico Mundial, Bolsonaro fez um discurso protocolar de apenas 6,5 minutos, que foi recebido com críticas pelo público presente e pela imprensa internacional, enquanto a fala de Paulo Guedes suscitou reações positivas entre os analistas de mercado. (<https://goo.gl/F5Lywb>)

Venda da Embraer: diferentemente do que foi dito durante a campanha eleitoral, Bolsonaro não exigiu nenhuma alteração no acordo de fusão da Embraer com a Boeing, dando aval para o prosseguimento do processo, que deverá ser concluído no final de 2019. (<https://goo.gl/dNvkC5>)

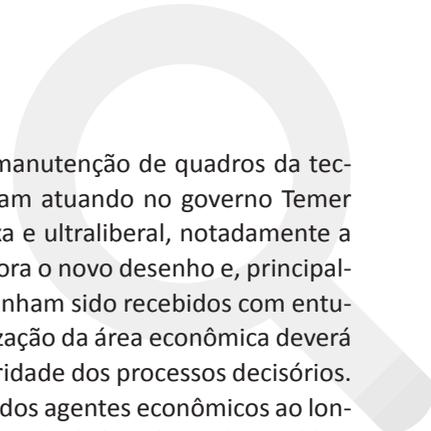
Valorização de ativos no mercado de capitais: as valorizações ocorridas ao longo do mês de janeiro - Ibovespa (+10,82%) e Real (+5,5%) - refletiram as perspectivas otimistas do mercado quanto ao rumo ultraliberal da política econômica sinalizada pela equipe de Paulo Guedes. Não houve um fato ou uma medida específica que tenha causado as referidas valorizações.

ANÁLISE CRÍTICA

O primeiro mês do governo Bolsonaro teve pouco protagonismo da nova equipe econômica que, provavelmente por conta da inexperiência de seus principais quadros na gestão pública, esteve especialmente dedicada a trabalhos internos de organização e de formulação de propostas.

A reestruturação ministerial e a consequente concentração do comando da área econômica colocaram cerca de 40 mil servidores sob as ordens do superministro Paulo Guedes, criando seis secretarias especiais – que na prática são similares às estruturas dos ministérios que foram extintos.

O perfil das nomeações da equipe econômica revelou o peso de representantes



do mercado de capitais em postos estratégicos, a manutenção de quadros da tecnocracia pública (ortodoxa e fiscalista) que já vinham atuando no governo Temer e a influência de universidades de tradição ortodoxa e ultraliberal, notadamente a FGV-Rio, o IBMEC e a Universidade de Chicago. Embora o novo desenho e, principalmente o perfil dos novos dirigentes da economia, tenham sido recebidos com entusiasmo pelo mercado, é de se esperar que a centralização da área econômica deverá aumentar a burocratização da pasta e reduzir a celeridade dos processos decisórios. Entre os principais fatos que mobilizaram os ânimos dos agentes econômicos ao longo do mês, cabe destacar: a) o anúncio de desmonte das linhas de crédito público por ocasião da posse dos novos presidentes do BNDES, da CEF e do BB; b) os balões de ensaio a respeito da reforma da previdência que, contrariando o plano inicial, não foi incluída na “Agenda de 100 dias de governo”; c) as manifestações de Paulo Guedes em Davos, quando reafirmou os quatro pilares da sua agenda econômica: Reforma da Previdência, privatizações, reforma administrativa e abertura comercial. De um modo geral, a nota mais expressiva da área econômica do governo ao longo do mês foi a inação. Não deixa de ser reveladora a ausência de medidas ou de propostas de políticas públicas voltadas aos grandes setores de atividade econômica (indústria, comércio, serviços, agricultura), bem como à melhoria do emprego ou à redução da desigualdade. Fica patente que, ao menos no início, o governo adotará uma postura estritamente liberal, entregando ao mercado os rumos da economia - note-se, contudo, que a despeito da inação do Ministério da Economia, o veto à importação de carne de frango de cinco grandes frigoríficos brasileiros constituiu um primeiro e expressivo revés no front externo, diretamente associado à ideologia extravagante que até aqui orienta a nova política externa.

DIMENSÃO SOCIAL

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

Oportunidades ocupacionais e renda

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mostram que a taxa de desocupação no Brasil atingiu 11,6% no último trimestre de 2018, 0,3 ponto percentual menos que no trimestre de julho a setembro de 2018. Em relação ao mesmo trimestre do ano de 2017, a taxa apresentou estabilidade. A taxa de desocupação média anual foi, em 2018, de 12,3%, contra 12,7% em 2017.

A Medida Provisória 870/2019 determinou a reestruturação do governo e desmontou o Ministério do Trabalho e Emprego. As atribuições do extinto MTE foram realocadas em grande parte para o Ministério da Economia, com importante exceção à Coordenação de Registro Sindical, deslocada para o novo Ministério da Justiça.

Direitos Humanos

A Fundação Nacional do Índio (Funai) foi transferida do Ministério da Justiça para o Ministério de Direitos Humanos, comandada pela pastora evangélica Damares Alves. A Funai perdeu a atribuição de demarcações de territórios indígenas, agora submetida ao Ministério da Agricultura, assim como a política de identificação e demarcação de territórios quilombolas. A ministra dos Direitos Humanos pediu a suspensão, em 2 de janeiro, de um contrato de 44,9 milhões de reais entre a Funai e a Universidade Federal Fluminense, alegando valores exorbitantes e afirmando que o contrato era um exemplo da caixa-preta dos órgãos federais. O general da reserva Franklimberg Ribeiro de Freitas assumiu a presidência do órgão. Franklimberg atuou como conselheiro da mineradora canadense Belo Sun Mining, que lidera um projeto de exploração de ouro na Amazônia e tenta autorização para fazer a maior exploração industrial do mineral na história do Brasil, nas margens do rio Xingu, próximo à hidrelétrica de Belo Monte. A Terra Indígena dos Awá Guajá, no Maranhão, foi invadida. O povo Awá Guajá é classificado pela Funai como de “recente contato”. Fazendeiros estão instalados, árvores foram derrubadas e bois estão pastando em alguns locais de suas terras.

A MP 870 coloca organizações da sociedade civil sob controle – e vigilância – da Secretaria de Governo, sob a justificativa de que o Planalto precisa monitorar e fiscalizar o uso de recursos públicos por entidades que têm convênios e parcerias com o governo. A Ong Human Rights Watch (HRW) solicitou audiências em Brasília e manifestou a contrariedade com a MP 870.

Foi extinta a secretaria nacional exclusiva para políticas LGBTQI+. A ministra Damares afirmou que o governo construirá políticas para “fortalecer as famílias”. A secre-

tária da Família, a advogada Ângela Gandra Martins Silva, irmã de Ives Gandra Filho, ex-presidente e ministro do TST que colaborou com a reforma trabalhista, disse que as convicções religiosas dela ou da ministra não irão impedir o diálogo com grupos como o LGBTQI+. A cartilha voltada à saúde de transexuais foi retirada do ar.

Direitos da pessoa com deficiência - O canal na internet - TV Ines, mantido pelo MEC e que exibe programas para a população surda, retirou do site uma lista de programas e filmes. Foram suprimidas dezesseis biografias de filósofos e acadêmicos, como Antônio Gramsci, Walter Benjamin e Karl Marx, Emile Durkheim e Stuart Hall, Nietzsche, Jean Jacques Rousseau. Também foram retirados o filme de Cacá Diegues “Bye Bye Brasil” e o documentário “Uma longa viagem”, de Lúcia Murat, que trata da ditadura militar, além de uma entrevista concedida pelo deputado Jean Wyllys (PSOL).

Educação, Esportes e Cultura

Nomeações - dois dos quatro secretários nacionais do MEC estão ligados à educação tecnológica, oriundos da gestão da rede paulista de ensino técnico: Luiz Tozi, secretário executivo, e Tania Almeida, secretária de Educação Básica. Ligado a Olavo de Carvalho, Carlos Nadalim, secretário de Alfabetização, é defensor de *homeschooling*. Bolsonaro defendeu a educação tecnológica em Davos, afirmando que é preciso “promover uma educação que prepare nossa juventude para os desafios da quarta revolução industrial, buscando pelo conhecimento reduzir a pobreza e a miséria”. O piso salarial do magistério foi reajustado para 2.557,74 reais a partir de 1º de janeiro de 2019. O Ministério da Educação anunciou o reajuste de 4,17%, conforme determinação do artigo 5º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. O valor corresponde ao vencimento inicial dos profissionais do magistério público da educação básica, com formação de nível médio, modalidade normal, jornada de quarenta horas semanais. O governo incluiu na lista de metas dos cem primeiros dias a MP que regulamenta o ensino domiciliar, também chamado de *homeschooling*, que regulariza a situação das famílias que ensinam seus filhos em casa, a maioria delas devido à discordância da linha educacional oferecida nas escolas por motivos religiosos. O conteúdo da MP foi sugerido pela Associação Nacional de Educação da Família (ANED).

Seguridade Social Ampliada

O governo publicou a MP 871/2019, que cria novas regras de acesso aos benefícios do INSS. A MP altera regras de acesso ao auxílio-reclusão, ao salário-maternidade, ao auxílio-doença, à pensão por morte e dificulta a comprovação de união estável. Ainda, a normativa determina que, para requerimento, concessão e revisão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), o requerente autorize acesso a seus dados bancários, o que antes não existia.

ANÁLISE CRÍTICA

O primeiro mês do governo, na dimensão social, foi intensamente pautado pelo grupo de interesse ideológico que assumiu parte da nova gestão. Representado especialmente pelos evangélicos fundamentalistas representados mais fortemente no governo pela ministra Damare Alves, o grupo também possui forte influência de Olavo de Carvalho, que aportou vários de seus seguidores no Ministério da Educação, em especial o ministro Ricardo Vélez. Destaca-se também, como em toda composição do governo, a presença dos militares em diversos cargos relevantes.

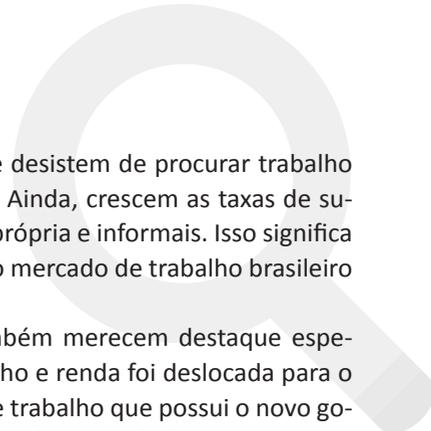
Grande parte das medidas das áreas da Educação e Direitos Humanos guardaram forte relação com essa questão. Certamente, ainda há que se aguardar qual será o real impacto desse preocupante processo nas políticas públicas. O fim de uma secretaria nacional de políticas LGBTT, no entanto, já é um início bastante preocupante. A existência de uma secretaria específica para a pauta garantia uma série de políticas públicas específicas com a perspectiva de garantir direitos e proteção a essa população que está em um nível de vulnerabilidade muito grave.

Outra medida de natureza ideológica muito preocupante é a previsão de fiscalização e monitoramento de Ongs pela Secretaria de Governo (MP 870), inclusive daquelas que não recebem verba pública. A medida ultrapassa o caráter meramente ideológico e representa praticamente uma declaração de guerra às entidades, que historicamente defendem uma ampla independência e autonomia dos governos. Este é um simbólico exemplo de como o grupo ideológico que assumiu o poder do governo federal flerta com o autoritarismo.

No entanto, não foram apenas as medidas ideológicas que tomaram conta da dimensão social do governo. Os grupos de interesse econômico também receberam atenção. Exemplo disso é a reestruturação da Funai, sob o Ministério dos Direitos Humanos, com o deslocamento da questão de demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura, dominado pelos ruralistas.

A própria nomeação do novo presidente da Funai é um exemplo de atuação conjunta entre o grupo ideológico e os interesses econômicos que dominam o governo. O novo responsável pelo órgão defende uma política de integração e de tutela da população indígena ao mesmo tempo que é defensor da exploração de minérios na região do Xingu, a maior reserva indígena do Brasil.

Por fim, com relação a oportunidades ocupacionais e de renda, os dados da Pnad, além de mostrarem que o mercado de trabalho segue praticamente estagnado, também representam, se ligados a outros dados, uma tendência de desistência do emprego formal como estratégia de ampliação da ocupação. Isso porque 2018 apontou uma alta na taxa de desalento, chegando a 4,7 milhões de brasileiros, o que



representa que aumenta o número de pessoas que desistem de procurar trabalho e, portanto, não compõem a taxa de desocupação. Ainda, crescem as taxas de subutilização e o número de trabalhadores por conta própria e informais. Isso significa dizer que, mesmo entre os ocupados, a realidade do mercado de trabalho brasileiro ainda é de enorme precarização.

A distribuição das atribuições do extinto MTE também merecem destaque especialmente porque toda a pauta de política de trabalho e renda foi deslocada para o Ministério da Economia, o que demonstra a visão de trabalho que possui o novo governo eleito, notadamente alinhado com os interesses do mercado financeiro, nesse ponto liderado pelos “Chicago Oldies”. O setor de registro sindical, no entanto, foi deslocado para o Ministério da Justiça, num preocupante movimento que indica uma possível perseguição às entidades sindicais.

Essas medidas apontam para uma das maiores incógnitas do governo Bolsonaro. Como medidas de caráter meramente ideológico e que atendam a grupos de interesse econômico vão responder aos dilemas da dimensão social no Brasil? Nesse primeiro mês, não houve nenhuma medida do governo efetivamente vinculada a essa questão. Ao que parece, o governo acredita que a Reforma da Previdência é o começo do milagre.

DIMENSÃO AMBIENTAL

FATOS RELEVANTES E MEDIDAS DO GOVERNO

Sustentabilidade ambiental e política agrária

No artigo 39 da MP 870/2019, o governo Bolsonaro transferiu o serviço florestal brasileiro do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para o Ministério da Agricultura (MAPA) e a também a atribuição de gestão das florestas públicas. A MP 870/2019 transferiu do MMA para o Ministério de Desenvolvimento Regional a responsabilidade da política nacional de recursos hídricos e da Agência Nacional de Águas (ANA) pelo decreto nº 9.660. A MP também extinguiu do MMA a área que trata das condições climáticas, que inclui a Comissão Nacional de Combate à Desertificação.

A mudança ministerial de Bolsonaro favoreceu o lobby do agronegócio. O MAPA passa a contar com sete secretarias, que possibilitam aos grandes proprietários rurais ampliar o acesso à terra, ao crédito, à irrigação, ao uso de agrotóxico e a expansão do mercado externo. Além do MAPA, coordenado pela ministra Tereza Cristina (ex-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária e defensora do uso de Agrotóxicos), os ruralistas também ocupam o primeiro escalão do Ministério do Meio Ambiente (Ricardo Salles) e do Ministério de Relações Internacionais (Ernesto Araújo) – ambos defensores do agronegócio e da redução das áreas de proteção ambiental.

O artigo 21 da MP 870/2019 transferiu para o MAPA as funções de demarcação de terras indígenas e de titulação de quilombolas, que nos governos anteriores eram atribuições do Ministério da Justiça e da Casa Civil, respectivamente. O governo defende a medida ao mencionar a necessidade de exploração econômica das terras e a integração dos indígenas na sociedade.

O crime ambiental de Brumadinho trouxe para centralidade da pauta política a discussão sobre a questão ambiental, até então deixada em segundo plano pelo atual governo. O rompimento da barragem ocorrida na planta de mineração de ferro da empresa Vale já deixou mais de 150 mortos e mais de 220 desaparecidos até esse momento. As medidas sugeridas pelo governo Bolsonaro visam favorecer as mineradoras. Antes do crime ambiental de Brumadinho/MG, as propostas divulgadas por Bolsonaro eram de flexibilizar o licenciamento ambiental para as atividades extrativistas, diminuir a fiscalização de empresas mineradoras e eliminar os órgãos de controle ambiental. No mesmo caminho, o ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, chegou a defender um licenciamento ambiental simplificado e autodeclaratório que responsabilizaria as pessoas físicas responsáveis pelos laudos e não as mineradoras. Vale mencionar que Ricardo Salles foi condenado em primeira instância em 2018 por improbidade administrativa, quando era secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, num processo sobre a alteração de mapas da várzea do Rio Tietê

que beneficiou uma empresa mineradora.

O MAPA liberou o registro de novos produtos comerciais com agrotóxicos para fins comerciais – medida publicada no Diário Oficial da União de 10/01/2019. A permissão envolve a liberação da comercialização de substâncias como o metomil e o imazetapir, ambas utilizados na produção agroindustrial. A quantidade de agrotóxicos na soja proveniente do Brasil é tão elevada que o Serviço Federal de Vigilância Veterinária e Fitossanitária da Rússia poderá proibir temporariamente a importação. A Comunidade Europeia também declarou a possibilidade de restringir a importação de soja brasileira.

Desenvolvimento regional e territorial

Oficialmente, a situação de calamidade financeira ocorre quando as dívidas de um ente federativo ultrapassam 200% suas receitas. Em 2018, quatro estados da federação (Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Norte e Roraima) já decretaram situação de calamidade financeira. Eles se juntam aos três que já o tinham feito em 2017: Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O posicionamento do governo Bolsonaro frente à dívida dos estados se baseia no desequilíbrio entre declarações genéricas do presidente: “a dívida interna do Brasil não é impagável, mas precisaria ser renegociada”, “dá para você pagar isso daí se você tiver um bom ministro da Economia, como temos o Paulo Guedes” e as do próprio Ministro “está fora de questão renegociar a dívida”. Em reunião do dia 16 de janeiro entre o presidente, o ministro e o governador de Minas Gerais, Romeu Zema, para tratar das dívidas do estado, o caminho indicado ao governador foi privatizar, reformar a Previdência estadual e impor um teto de gastos públicos ao estado ainda mais restritivo.

ANÁLISE CRÍTICA

A primeira versão da reestruturação ministerial contemplava a extinção do MMA, mas para evitar desgastes com os ambientalistas, o governo Bolsonaro optou por mantê-lo, restringindo suas principais funções. As medidas causaram fragmentação da política ambiental e retiraram do MMA os instrumentos necessários para uma atuação articuladora e integradora para a sustentabilidade do meio ambiente. A consequência possível será o aumento do peso dos ruralistas na definição das políticas públicas, enfraquecendo a pauta ambiental.

O perfil dos cargos dirigentes do MAPA revela o peso de representantes do agronegócio. Além do MAPA, observam-se a defesa dos mesmos interesses nos ministérios do Meio Ambiente e de Relações Internacionais. As consequências podem colocar em xeque a base da sustentabilidade ambiental recém-constituída no país, assim os

ruralistas podem influenciar na saída do Brasil dos principais acordos internacionais sobre o meio ambiente, ministrar a favor da exploração irrestrita da Amazônia, na flexibilização da lei que institui as Unidades de Conservação e na flexibilização de regras de licenciamento ambiental e de fiscalização.

A comunidade indígena se mostrou contrária à medida a MP870/2019 principalmente por subordinar os povos indígenas e quilombolas aos interesses do agronegócio em caso de disputas por terras. Somam-se a esse cenário as declarações de Jair Bolsonaro favoráveis à exploração econômica dos recursos naturais em terras indígenas, da necessidade de integração dos índios na sociedade, assim como a ideia de as demarcações de terras ferirem a soberania nacional por possuírem suas próprias regras.

Para evitar desastres ambientais como o de Brumadinho e Mariana, o Estado brasileiro deve adotar medidas de maior rigidez na legislação ambiental e na avaliação dos riscos de barragens, considerando um licenciamento ambiental que realmente elimine os riscos. Essas medidas precisam ser acompanhadas de protocolos de segurança, rigidez na fiscalização das mineradoras e do empoderamento dos órgãos de controle ambiental. Além disso, as empresas de mineração que atuam no Brasil não podem se ausentar de realizar investimentos substanciais na manutenção e alterações de suas plantas.

A ampliação do uso de agrotóxicos afetará a saúde dos brasileiros e a produção de alimentos saudáveis, bem como enfraquecerá as políticas públicas tradicionais voltadas à produção de alimentos orgânicos como alternativa de produção sustentável nos princípios da agroecologia.

A consequência do endividamento estadual é o impedimento de acessar novos financiamentos, dificultando os investimentos em infraestrutura e a capacidade de arcar com despesas custeio. A solução para a dívida fiscal dos estados apontada pelo governo Bolsonaro circula entre privatizações, reformas previdenciárias e imposição de teto de gastos aos estados. Em 2017, o governo Temer também impôs medidas restritivas que se mostraram ineficazes, com aumento da dívida líquida em 20,2%. Medidas práticas para gerar emprego e renda, aumentar a arrecadação e aperfeiçoar o planejamento financeiro não parecem ter entrado no radar de soluções do governo federal.



EXPEDIENTE

De Olho no Governo é um boletim de monitoramento de políticas públicas publicado mensalmente pela Fundação Perseu Abramo.

Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es).

Equipe editorial: Ana Luíza Matos de Oliveira, Alexandre Guerra, Antonio Carlos Carvalho, Fernanda Estima, Gustavo Codas, Isaías Dalle, Jordana Dias Pereira, Kjeld Jakobsen, Luana Forlini, Marcelo Manzano, Matheus Toledo, Paulo Ramos, Pedro Simon Camarão, Ronnie Aldrin Silva, Rose Silva, Vilma Bokany, William Nozaki. Editoração eletrônica: Camila Roma.



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091

Vila Mariana - São Paulo - SP

www.fpabramo.org.br